



## GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

### **A vida no morro enquanto o desastre não acontece: faces da injustiça socioambiental na cidade do Recife-PE**

**Autoria:** Flora Clarissa Cardim Pimentel

Durante o período chuvoso, os diferentes níveis do impacto das chuvas para moradores de diferentes regiões da cidade do Recife é o reflexo da injustiça e do racismo ambiental praticados a partir do descaso do poder público para com a população. O racismo ambiental faz com que a população pobre, que mora nas áreas com precária infraestrutura urbana, esteja cotidianamente exposta a desastres e riscos socioambientais, tais como: alagamentos, enchentes e deslizamento de barreiras. A partir da pesquisa de mestrado, cujo work de campo foi realizado em 2017, no bairro do Alto José Bonifácio, situado na zona norte da cidade do Recife (PE), busco aqui reunir algumas reflexões acerca das consequências deste descaso para as relações familiares e entre moradores das áreas de morros, que convivem, com o risco de deslizamento de barreiras em seu dia a dia. Compreendendo que a omissão do poder público e a precarização do espaço de moradia constituem formas de forçar a expulsão ou o despejo dos cidadãos das áreas de morro, nesta pesquisa, as estratégias lançadas pelos moradores para persistirem nestas áreas foram reveladas como práticas de resistência postas na contemporaneidade, quando o despejo e a expulsão se dão de forma não declarada. A ausência do Estado na garantia da segurança à moradia acarreta na responsabilização dos próprios indivíduos sobre o provimento e o cuidado com suas casas. Assim, a transferência da responsabilidade do poder público para os indivíduos se constitui no processo de individualização, compreendido aqui como um reflexo de processos globais sobre o local. Em linhas gerais, foi possível apreender com a pesquisa que, para os moradores que vivem em contexto de risco de desastre, as relações de parentesco e a vizinhança se constituem nas redes mais importantes diante de um acontecimento desastroso. A família é a principal instituição que supre as necessidades dos indivíduos atingidos por um desastre e os vizinhos conformam-se em uma rede fundamental no momento do socorro, de assistência, abrigo de curta duração e na reconstrução das

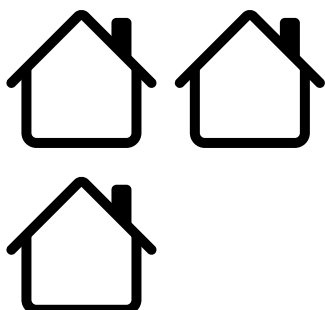


moradias. A responsabilização, a culpabilização e até a competição entre os moradores são identificadas como as consequências mais perversas da ausência do Estado, uma vez que a (auto)responsabilização escamoteia a dimensão política do desastre nas áreas de morro. Ademais, quando o deslizamento de barreira é iminente, mas não acontece, nos deparamos com o outro lado da perversão: a dinâmica familiar passa a girar em torno ?do pior que pode acontecer?, modificando dramaticamente o cotidiano das pessoas que vivem em áreas suscetíveis a desastres.

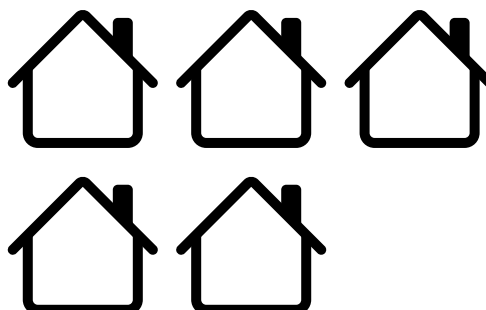
[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

